



Julho/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Judiciária**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'B', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Biblioteca e universidade

Nas universidades brasileiras, mesmo de bom nível, as bibliotecas ainda não receberam a atenção devida. A biblioteca deveria ser equivalente ao laboratório como centro da universidade, formando ambos sua dupla fonte de energia. De fato, preferimos muitas vezes gastar mais com os prédios do que com os livros. E preferimos também fazer uma política de pessoal sem cuidar de uma política paralela de equipamento.

Não podemos, é claro, seguir o exemplo de certos países do primeiro mundo, nos quais geralmente uma instituição de ensino superior só começa a funcionar depois de plenamente equipada. O nosso ritmo é diverso, as nossas possibilidades são outras, e há que deixar margem à capacidade brasileira de improvisar, que tem os seus lados positivos. Mas podemos e devemos estabelecer na estratégia universitária uma proporção mais justa entre a política de instalação, a política de pessoal e a política de equipamento.

Quanto à biblioteca, os dois aspectos básicos são a constituição de acervo adequado e a presença de pessoal competente. É constrangedor ver as nossas instituições de ensino superior começarem o trabalho sem os livros necessários; e, quando estes são conseguidos, vê-las sem meios de aproveitá-los corretamente, ampliar o acervo e manter um ritmo normal de atualização. Igualmente penoso é ver a desqualificação relativa da função de bibliotecário, que apesar das melhorias ainda não teve o reconhecimento, a formação e a remuneração que merece. Nas nossas bibliotecas não é frequente a figura do bibliotecário-bibliógrafo, isto é, aquele capaz de dominar textualmente a bibliografia de um dado setor e trabalhar sobre ele com um tipo de competência equivalente à dos professores, podendo inclusive publicar a respeito trabalhos de especialista. Neste sentido, é preciso repensar a relação entre docentes e bibliotecários, dando a estes um relevo que poucas vezes lhes é atribuído.

(Antonio Candido, **Recortes**)

1. O autor equipara a importância de uma biblioteca à de um laboratório porque ambos
 - (A) demandam pessoal altamente especializado para a sua implementação.
 - (B) constituem indispensáveis meios para a produção de conhecimento.
 - (C) revelam as prementes necessidades de uma adequada infraestrutura.
 - (D) representam a finalidade mesma a que deve atender uma universidade.
 - (E) estabelecem as condições essenciais para uma política de equipamento.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. As soluções improvisadas, por não serem as ideais, não devem ter lugar no estabelecimento da estratégia de uma universidade brasileira.
 - II. É necessário, na estratégia de uma universidade, ponderar de forma mais equilibrada a importância que se deve dar às políticas adotadas.
 - III. O que os países do primeiro mundo podem nos ensinar, no que diz respeito à estratégia universitária, é a maneira de compensar eventuais deficiências de infraestrutura com o nível de excelência do pessoal.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
3. No 3º parágrafo, ao introduzir enunciados com as expressões *É constrangedor* e *Igualmente penoso é*, o autor está acusando, respectivamente, deficiências de nossas universidades quanto às políticas de
 - (A) equipamento e de pessoal.
 - (B) instalação e de equipamento.
 - (C) pessoal e de instalação.
 - (D) equipamento e de instalação.
 - (E) pessoal e de equipamento.

4. O elemento sublinhado na frase
 - (A) *Nas universidades brasileiras, mesmo de bom nível, as bibliotecas ainda não receberam a atenção devida* representa uma exceção à regra do caso que está sendo analisado.
 - (B) (...) *há que deixar margem à capacidade brasileira de improvisar* está empregado no sentido habitual com que se usa a expressão **deve-se deixar à margem a**.
 - (C) *É constrangedor (...) vê-las sem meios de (...) ampliar o acervo e manter um ritmo normal de atualização* está-se referindo à necessidade constante de reciclagem dos profissionais especializados.
 - (D) *Igualmente penoso é ver a desqualificação relativa da função de bibliotecário, que apesar das melhorias ainda não teve o reconhecimento (...) que merece* esclarece-se com a referência às *melhorias* que já houve.
 - (E) (...) *é preciso repensar a relação entre docentes e bibliotecários, dando a estes um relevo que poucas vezes lhes é atribuído* está-se referindo a *docentes e bibliotecários*.



5. O autor entende por *bibliotecário-bibliógrafo* o profissional que
- (A) preenche, a um tempo, as funções da docência especializada e da administração de pessoal.
- (B) se caracteriza pela versatilidade com que transita da função técnica para a função gerencial.
- (C) se define pela dupla vocação para a bibliofilia e para a bibliografia, o que lhe permite orientar pesquisas especializadas.
- (D) pode acumular, com a mesma competência, as funções de organização e de administração de uma biblioteca.
- (E) se mostra capaz de exercer tanto uma função técnica específica como a de um pesquisador especializado.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) Ainda não preenchem os requisitos necessários para um bom funcionamento nenhuma biblioteca universitária brasileira.
- (B) Deve mirar-se no exemplo das instituições de ensino do primeiro mundo os que desejam fazer funcionar uma boa biblioteca em nosso país.
- (C) Não que se implementar com seriedade várias políticas para que uma universidade possa funcionar em condições plenamente satisfatórias.
- (D) Caso se observem os dois aspectos básicos mencionados pelo autor, cumprir-se-á o papel que se espera das nossas bibliotecas universitárias.
- (E) É de se esperar que a avaliação dos bons bibliotecários não se façam pelo modo como arquivem fichas, cataloguem livros ou ordenem estantes.
-
7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) Esses três parágrafos constituíram a introdução de um discurso do autor, proferido quando da inauguração da biblioteca de uma instituição universitária.
- (B) Antonio Candido, iminente intelectual brasileiro, valeu-se dessa introdução para abrir um discurso que inaugurava uma biblioteca.
- (C) O autor tem razão quando constata de que a maioria das nossas bibliotecas deixa a desejar do que se espera de um funcionamento ideal.
- (D) Um acervo e um ritmo normal de atualização são indispensáveis enquanto requisitos para que uma boa biblioteca possa a vir preenchê-los.
- (E) Docentes e bibliotecários podem e devem trabalhar em estreita concomitância, quando se deseja que ambos enobrecem a mesma função.
-
8. A forma destacada entre parênteses pode substituir corretamente o elemento sublinhado na frase:
- (A) A importância de um laboratório é grande, e a de uma biblioteca deve ser equivalente à de um laboratório. (**deve sê-la equivalente**)
- (B) Não podemos, por ora, seguir o exemplo de países avançados, já que nos faltam os meios de que dispõem esses países. (**de cujos eles dispõem**)
- (C) É bom reconhecer que os brasileiros têm capacidade de improvisar, mas não se tome essa capacidade como uma panacéia. (**não se lhe tome**)
- (D) É pena que não se atribua aos bibliotecários a importância que a esses profissionais merece ser creditada. (**merece sejam-lhes creditada**)
- (E) Um bibliotecário-bibliógrafo assume funções pelas quais se atribuem a esse profissional responsabilidades de um professor. (**se lhe atribuem**)
-
9. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Fosse possível rever a estratégia de implantação das universidades brasileiras, medidas muito diversas podem e devem ser tomadas.
- (B) Espera-se que uma biblioteca universitária conte sempre com aquele profissional especializado que saiba otimizar o serviço a ser prestado.
- (C) Seria constrangedor se um docente não vier a contar com os subsídios que lhe cabe oferecer uma boa biblioteca universitária.
- (D) Uma vez que continuem a nos faltar meios e recursos, persistiríamos em improvisar soluções para nossas deficientes bibliotecas universitárias.
- (E) Não adiantaria contarmos, em nossas bibliotecas, com um bom acervo, uma vez que não possamos dispor de funcionários altamente capacitados.
-
10. Atente para as seguintes frases:
- I. Reconheça-se o mérito dos bibliotecários, que tentam suprir as deficiências de nossas bibliotecas.
- II. Na maioria das nossas bibliotecas, funcionários nem sempre capacitados buscam dar o melhor de si.
- III. São graves as deficiências no funcionamento das bibliotecas, a que poucos dão atenção.
- A supressão da vírgula altera o sentido do que está em
- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

**Matemática**

11. Três lotes de documentos possuíam respectivamente 245, 359 e 128 folhas. Essas folhas foram redistribuídas para que os três ficassem com a mesma quantidade de folhas. Dessa forma,
- (A) o primeiro lote ficou com 243 folhas.
(B) o segundo lote ficou com 118 folhas a menos do que tinha.
(C) o terceiro lote ficou com 116 folhas a mais do que tinha.
(D) o número final de folhas de cada lote era 250.
(E) do primeiro e do segundo lotes foi retirado um total de 120 folhas.
12. Um analista tem 5 moedas de R\$ 1,00; 12 moedas de R\$ 0,50; 8 moedas de R\$ 0,25; 10 moedas de R\$ 0,10 e 15 moedas de R\$ 0,05. Fez um pagamento no valor de R\$ 12,80 utilizando o maior número possível dessas moedas. Nessas condições,
- (A) sobraram 9 moedas.
(B) ele utilizou 48 moedas.
(C) ele utilizou todas as moedas de R\$ 0,50.
(D) das que sobraram, duas moedas eram de R\$ 0,10.
(E) das que sobraram, duas moedas eram de R\$ 0,25.
13. Um escritório de advocacia recebeu três lotes de fichas para atualização; um com 540 unidades, outro com 630 e o terceiro com 720. Pretende-se distribuí-las em pastas, obedecendo ao seguinte critério:
- todas as pastas deverão ter a mesma quantidade de fichas;
 - em cada pasta, as fichas deverão ser de um mesmo lote;
 - a quantidade de fichas em cada pasta deverá ser a maior possível.
- Nessas condições,
- (A) será utilizado um total de 18 pastas.
(B) será utilizado um total de 21 pastas.
(C) o número de fichas em cada pasta deverá ser 9.
(D) o número de fichas em cada pasta deverá ser 45.
(E) o número de fichas em cada pasta deverá ser 180.
14. Um aluno resolveu vender livros para ajudar a pagar seus estudos. Um colega duvidou que ele conseguisse fazê-lo. Fizeram então uma aposta: ele ofereceria os livros a um certo número de pessoas; se a pessoa comprasse algum livro, o colega lhe daria R\$ 2,00; caso contrário, ele daria R\$ 1,00 ao colega. Ele contactou 38 pessoas e ganhou R\$ 49,00 na aposta. É verdade que o número de pessoas que
- (A) não compraram seus livros é um número par.
(B) não compraram seus livros é múltiplo de 5.
(C) compraram seus livros é maior do que 30.
(D) compraram seus livros é o triplo do número das que não compraram.
(E) compraram seus livros é um número primo.
15. Um recipiente vazio pesa 0,8 kg. Se esse recipiente contiver 2,8 litros de um certo líquido, o peso total será 6 400 g. Retirando-se do recipiente o correspondente a 360 cm³ do líquido, o peso total passa a ser X% do peso total inicial. O valor de X é
- (A) 88,75
(B) 87,5
(C) 85
(D) 82,5
(E) 80
16. Sobre 700 dos candidatos a um concurso, sabe-se que a razão entre o número dos casados e o dos solteiros, nessa ordem, é $\frac{2}{3}$. A razão entre o número dos que têm casa própria e o dos que não têm, nessa ordem, é $\frac{2}{5}$. Se há exatamente 120 candidatos casados que têm casa própria, o número de candidatos
- (A) solteiros é 450.
(B) sem casa própria é 520.
(C) casados sem casa própria é 180.
(D) solteiros com casa própria é 80.
(E) solteiros sem casa própria é 350.
17. Os funcionários A, B e C, igualmente eficientes, digitaram um total de 260 páginas de alguns processos, trabalhando o mesmo número de horas por dia. Entretanto, devido a problemas de saúde, B faltou alguns dias ao serviço, tendo trabalhado o correspondente à metade dos dias trabalhados por A; C não faltou ao serviço, mas seu rendimento diminuiu e o número de páginas digitadas por ele correspondeu a $\frac{1}{3}$ das digitadas por B. O número de páginas digitadas por
- (A) A foi 122.
(B) A foi 118.
(C) B foi 54.
(D) B foi 42.
(E) C foi 26.



18. As cidades R e S são ligadas por uma rodovia. Num mesmo instante partem dois veículos dessas cidades, um de R para S e outro de S para R. Sem paradas, eles mantêm velocidades constantes e cruzam-se em um ponto localizado a $\frac{3}{7}$ do percurso de R para S. Se a velocidade do que saiu de R era de 60 km/h, a velocidade do outro era de

- (A) 85 km/h.
- (B) 80 km/h.
- (C) 75 km/h.
- (D) 70 km/h.
- (E) 65 km/h.

19. Um analista comprou dois aparelhos celulares iguais, com abatimento de 5% sobre o preço unitário P. Vendeu-os no mesmo dia, um com lucro de 4% e outro com lucro de 3% sobre o valor que havia pago. Nessa transação, ele teve

- (A) lucro correspondente a 6,65% de P.
- (B) lucro correspondente a 3,35% de P.
- (C) lucro correspondente a 2% de P.
- (D) prejuízo correspondente a 3% de P.
- (E) prejuízo correspondente a 2% de P.

20. Um analista tomou emprestados R\$ 2.000,00 por um ano, a juros simples, à taxa de 6% ao mês. Após alguns meses, encontrou uma pessoa que lhe emprestaria a mesma quantia com juros simples à taxa de 4% ao mês. Tomou então R\$ 2.000,00 emprestados do segundo credor pelo resto do prazo de um ano e no mesmo dia acertou as contas com o credor, entregando-lhe os R\$ 2.000,00 e desembolsando os juros devidos. No final, o total de juros pagos aos dois credores foi de R\$ 1.080,00. Qual foi o prazo do segundo empréstimo, em meses?

- (A) 7
- (B) 8
- (C) 9
- (D) 10
- (E) 11

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Direito Constitucional**

21. Em tema de processo legislativo é correto que
- (A) a proposta de emenda constitucional será aprovada se obtiver, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) dentre outras, são de iniciativa privativa do Congresso Nacional, as leis que disponham sobre criação de cargos na administração direta, indireta e autárquica.
 - (C) a Constituição Federal poderá ser emendada na vigência do estado de defesa, mediante proposta de dois quintos do Congresso Nacional.
 - (D) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal, em dois turnos.
 - (E) as leis delegadas serão elaboradas pela Mesa do Congresso Nacional, que deverá solicitar a delegação ao Presidente da República.
22. Quanto à seguridade social é INCORRETO que
- (A) a sua fonte de financiamento abrange os recursos provenientes dos orçamentos da União, do Distrito Federal e dos Municípios, além de contribuições sociais.
 - (B) será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, na forma da lei.
 - (C) os benefícios e os serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos, na forma da lei, ainda que sem a correspondente fonte de custeio.
 - (D) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
 - (E) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
23. Além de outras é de competência exclusiva do Congresso Nacional, a escolha
- (A) do Advogado-Geral da União.
 - (B) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) do Procurador-Geral de Justiça.
 - (D) do Presidente do Conselho Nacional de Justiça.
 - (E) de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.



24. Quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União e das entidades da administração direta e indireta, é correto que

- (A) o controle externo, a cargo exclusivo do Senado Federal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (C) o Tribunal de Contas da União encaminhará à Câmara dos Deputados, semestralmente, o relatório de suas atividades.
- (D) o Tribunal de Contas da União será integrado por quinze Ministros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade.
- (E) o auditor do Tribunal de Contas, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

25. Considere as assertivas abaixo, relacionadas ao Poder Judiciário.

- I. Junto ao Conselho Nacional de Justiça oficiará o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- II. O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e ao respectivo número de eleitores.
- III. As decisões disciplinares dos tribunais serão tomadas pelo voto da maioria simples dos presentes à sessão.
- IV. Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- V. Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, através de Câmaras regionais.

Estão corretas SOMENTE

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III e V.

26. Lívia, 61 anos de idade é servidora pública civil da União. Assim, poderá ela se aposentar voluntariamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumprido tempo mínimo de

- (A) cinco anos de efetivo exercício no serviço público e dez no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (B) oito anos no cargo público efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (C) dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (D) quinze anos de efetivo exercício no serviço público.
- (E) doze anos contados da posse no cargo público inicial e seis no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, alternada ou ininterruptamente.

Direito Administrativo

27. Sobre os princípios da Administração Pública, considere:

- I. O princípio da publicidade, previsto na Constituição Federal, exige a ampla divulgação, sem exceção, de todos os atos praticados pela Administração Pública.
- II. A regra estabelecida na Lei nº 9.784/99 de que o processo administrativo deve observar, dentre outros critérios, o atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei, traduz o princípio da supremacia da prevalência do interesse público.
- III. Os princípios da eficiência e da impessoalidade, de ampla aplicação no Direito Administrativo, não estão expressamente previstos na Constituição Federal.
- IV. O princípio da fundamentação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de seus atos e decisões.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) IV.

28. Sobre a extinção do ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) O ato administrativo extingue-se por cumprimento dos seus efeitos; pelo desaparecimento do sujeito ou objeto e pela retirada, que se verifica por várias maneiras.
- (B) Anulação, ou invalidação, do ato administrativo é o seu desfazimento por razões de conveniência e oportunidade.
- (C) Incompetência e incapacidade são vícios que atingem o ato administrativo, quanto à forma, e que justificam a sua anulação ou invalidação.
- (D) A revogação do ato administrativo pode ser decretada pelo Poder Judiciário, se for provocado pelo interessado.
- (E) A revogação do ato administrativo no âmbito da Administração, não pode ser feita por quem o praticou.



29. O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais, observadas, dentre outras, a seguinte regra:
- (A) Executado o contrato, o seu objeto será recebido provisoriamente e, depois, definitivamente, vedado, em qualquer hipótese, o recebimento definitivo sem o provisório.
- (B) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros ainda que para assistí-lo.
- (C) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- (D) Na execução do contrato, o contratado pode, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite de 25%, sem necessidade de autorização ou anuência da Administração.
- (E) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
30. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial
- (A) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (B) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (C) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- (E) para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.
31. A intimação no processo administrativo regulado pela Lei nº 9.784/99 para ciência da decisão ou para a efetivação de diligências, subordina-se dentre outras, à seguinte regra:
- (A) No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.
- (B) Não há necessidade de constar informação sobre a continuidade do processo independentemente do comparecimento do intimado, porque ela decorre da lei.
- (C) Deve ser observada a antecedência mínima de dois dias úteis quanto à data de comparecimento.
- (D) Não pode ser efetuada por via postal nem por telegrama.
- (E) O desatendimento da intimação importa no reconhecimento da verdade dos fatos.
32. Ressalvada a hipótese de reincidência, a pena de suspensão prevista na Lei nº 8.112/90, é cabível quando o servidor
- (A) participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- (B) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
- (C) cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias.
- (D) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- (E) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
33. De acordo com a Lei nº 8.429/92, dentre os atos que constituem improbidade administrativa que causa lesão ao erário NÃO se inclui:
- (A) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- (B) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (C) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (D) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (E) Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- Direito Civil**
34. Um avião de passageiros desapareceu quando cruzava o Oceano. Dias depois do desaparecimento, foram encontrados destroços da aeronave e corpos de passageiros. Todavia, o corpo de José não foi encontrado após vários meses e as autoridades responsáveis encerraram as buscas. Nesse caso, a morte presumida
- (A) pode ser declarada, sem decretação de ausência.
- (B) só pode ser declarada após 10 anos contados da data do acidente.
- (C) só pode ser declarada após dois anos contados da data do acidente.
- (D) não pode ser declarada, somente podendo ser declarada a ausência.
- (E) só pode ser declarada após 10 anos contados da data da declaração da ausência.
35. A respeito da prescrição, é INCORRETO afirmar que
- (A) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- (B) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (C) a prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita.
- (D) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- (E) não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.



<p>36. Nas obrigações</p> <ul style="list-style-type: none">(A) divisíveis, havendo dois ou mais devedores, cada um será obrigado pela dívida toda.(B) alternativas, pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.(C) solidárias, o credor pode renunciar a solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores.(D) de dar coisa incerta, indicada pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.(E) de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, responderá este por perdas e danos.	<p>40. Considere as seguintes assertivas sobre a revelia:</p> <ul style="list-style-type: none">I. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.II. A revelia não produz efeito se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere indispensável à prova do ato.III. Contra o revel que não tenha patrono nos autos correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.IV. Ocorrendo a revelia, o autor poderá demandar declaração incidente, não sendo necessária nova citação do réu para responder no prazo legal.
<p>37. A respeito dos atos nulos e dos atos anuláveis, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de cinco anos, a contar da data da conclusão do ato.II. O menor, entre dezesseis e dezoito anos, para eximir-se de uma obrigação, pode invocar a sua idade, mesmo se dolosamente, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.III. Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga. <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I.(B) III.(C) I e II.(D) I e III.(E) II e III.	<p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I e IV.(B) I e II.(C) II, III e IV.(D) I, II e III.(E) III e IV.
<p>38. João está obrigado por três débitos da mesma natureza a um só credor, todos líquidos e vencidos, e se dispõe a oferecer quantia em pagamento. O instituto que lhe dá o direito de indicar a qual desses débitos oferece pagamento denomina-se</p> <ul style="list-style-type: none">(A) compensação.(B) dação em pagamento.(C) novação.(D) imputação do pagamento.(E) pagamento em consignação.	<p>41. Tratando-se de prova documental, de acordo com o Código de Processo Civil é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Em regra, fazem a mesma prova do que os originais as reproduções digitalizadas de qualquer documento particular, quando juntados aos autos pelos advogados públicos ou privados.(B) O incidente de falsidade tem lugar em qualquer tempo e grau de jurisdição, incumbindo à parte, contra quem foi produzido o documento, suscitá-lo na contestação ou no prazo de 15 dias, contados da intimação da sua juntada aos autos.(C) O documento particular, admitido expressa ou tacitamente, é divisível, e a parte que pretende utilizar-se dele poderá aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse.(D) Incumbe o ônus da prova quando se tratar de falsidade de documento, à parte que produziu o documento.(E) O incidente de falsidade correrá sempre nos autos principais, cabendo ao juiz suspender o processo logo que for suscitado o incidente.
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>39. No que se refere aos atos processuais é certo que</p> <ul style="list-style-type: none">(A) não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 10 dias seguintes.(B) as partes, de comum acordo, poderão prorrogar o prazo peremptório, mas a convenção somente terá eficácia se requerida antes do vencimento do prazo e se fundar em motivo legítimo.(C) quando se tratar de processo totalmente eletrônico, eventuais contradições na transcrição dos atos processuais praticados na presença do juiz deverão ser suscitadas pela parte prejudicada, no prazo máximo de dez dias após a realização do ato, sob pena de preclusão.(D) a carta rogatória, ao contrário da carta de ordem e da carta precatória, deverá obedecer ao disposto na convenção internacional e não poderá ser expedida por meio eletrônico e conter a assinatura eletrônica do juiz, na forma da lei.(E) os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.	<p>42. Na execução de quantia certa contra devedor solvente, especificamente na alienação em hasta pública, de acordo com o Código de Processo Civil,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante ou, no prazo de até 03 (três) dias, mediante caução.(B) quando o valor dos bens penhorados não exceder 20 (vinte) vezes o valor do salário mínimo vigente na data da avaliação, será dispensada a publicação de editais e o preço da arrematação não poderá ser inferior ao da avaliação.(C) tratando-se de bem imóvel, quem estiver interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar por escrito sua proposta, nunca inferior à avaliação, com oferta de pelo menos 30% (trinta por cento) à vista, sendo o restante garantido por hipoteca sobre o próprio imóvel.(D) o exequente, se vier a arrematar os bens, e se o valor dos bens exceder o seu crédito, depositará, dentro de 15 (quinze) dias, a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, os bens serão levados a nova praça ou leilão à custa do exequente.(E) a arrematação constará de auto que será lavrado 24 (vinte e quatro) horas depois de realizada a praça ou o leilão, e deverá mencionar as condições pelas quais foi alienado o bem.



43. NÃO haverá necessidade de citação de ambos os cônjuges para as ações
- que versem sobre direitos reais imobiliários.
 - possessórias, não sendo caso de com posse ou de ato praticado por ambos.
 - resultantes de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges ou de atos praticados por eles.
 - fundadas em dívidas contraídas pelo marido a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho da mulher ou os seus bens reservados.
 - que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.

44. Considere as seguintes assertivas sobre os requisitos e efeitos da sentença:

- Se aquele que se comprometeu a concluir um contrato não cumprir a obrigação, a outra parte, mesmo sendo isso possível e não excluído pelo título, não poderá obter uma sentença que produza o mesmo efeito do contrato a ser firmado.
- Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
- Tratando-se de contrato que tenha por objeto a transferência da propriedade de coisa determinada, ou de outro direito, a ação não será acolhida se a parte que a intentou não cumprir a sua prestação, nem a oferecer, nos casos e formas legais, salvo se ainda não exigível.
- A sentença condenatória genérica não produz a hipoteca judiciária.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em

- II e IV.
- II, III e IV.
- I, II e III.
- I e IV.
- II e III.

Direito do Trabalho

45. Considere as seguintes assertivas a respeito do intervalo intrajornada:

- Nos serviços permanentes de mecanografia a cada período de 90 minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 minutos deduzidos da duração normal de trabalho.
- A concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de no mínimo 1 hora para trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 horas diárias, é considerado um intervalo não remunerado.
- Quando a duração do trabalho ultrapassar quatro horas diárias e não exceder seis horas é obrigatório a concessão de um intervalo para repouso e alimentação de no mínimo 30 minutos.
- Se o empregado labora quatro horas diárias, a empregadora não será obrigada a conceder o intervalo intrajornada.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- II e IV.
- I, II e IV.
- II, III e IV.
- I, II e III.
- I e III.

46. Com relação ao trabalho noturno e seu respectivo adicional é INCORRETO afirmar:

- O adicional noturno é calculado sobre a hora diurna e não sobre o salário mínimo.
- A transferência do empregado para o período diurno de trabalho não implica na perda do direito ao adicional noturno.
- O cálculo dos adicionais noturnos e de horas extras será feito em conjunto, cumulando-se o cálculo de adicional sobre adicional.
- A duração legal da hora de serviço noturno constitui vantagem suplementar que não dispensa o salário adicional.
- O adicional noturno que for pago com habitualidade integra o salário para todos os efeitos, como férias e FGTS.

47. Considere as seguintes assertivas a respeito do aviso prévio:

- Independentemente do aviso prévio ser concedido ou não ao empregado, o respectivo tempo de serviço sempre integrará o contrato de trabalho.
- A duração do aviso prévio será, no mínimo, de 30 dias, havendo previsão constitucional para o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, dependendo de regulamentação.
- O pagamento relativo ao período do aviso prévio está sujeito à contribuição para o FGTS, exceto se indenizado.
- Em regra, concedido o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva após o transcurso do prazo, pois não se admite retratação.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- II, III e IV.
- I, II e III.
- II e IV.
- I e II.
- I, II e IV.

48. Mario laborava na empresa W, quando discutiu com seu empregador e ambos se agrediram verbalmente e através de socos e pontapés. Não houve legítima defesa de nenhuma das partes, ocorrendo a dispensa de Mario por justa causa. Mario ajuizou reclamação trabalhista e nela foi reconhecida a culpa recíproca na rescisão contratual. Neste caso, Mário,

- terá direito, dentre outros, a 50% do aviso prévio, do 13º salário, das férias proporcionais, do saldo de salário e das horas extras dos últimos trinta dias.
- terá direito, dentre outros, a 50% do aviso prévio, do 13º salário e das férias proporcionais.
- não terá direito ao valor relativo ao aviso prévio.
- terá direito, dentre outros, a 50% do aviso prévio e do 13º salário, mas não terá direito às férias proporcionais.
- terá direito, dentre outros, a 50% do 13º salário e 25% sobre a multa relativa ao FGTS.



49. Com relação à remuneração é INCORRETO afirmar:

- (A) Não se incluem nos salários as ajudas de custo, por expressa determinação legal.
- (B) A gratificação por tempo de serviço integra o salário para todos os efeitos legais.
- (C) Os abonos pagos pelo empregador e as gratificações ajustadas integram o salário do obreiro.
- (D) As gorjetas recebidas pelo empregado servem de base de cálculo para as parcelas do aviso prévio e horas extras.
- (E) Não se incluem nos salários as diárias para viagem que não excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.

50. Considere as seguintes assertivas a respeito das férias coletivas:

- I. As férias coletivas constituem liberalidade do empregador, a qual poderá atingir a totalidade dos empregados, ou de determinado estabelecimento ou setor da empresa.
- II. As férias coletivas poderão ser fracionadas em no máximo três períodos por ano, sob pena de incorrer nas cominações legais, além de multa administrativa.
- III. O Ministério do Trabalho e os sindicatos da categoria profissional serão comunicados das datas de início e término das férias coletivas com antecedência mínima de trinta dias.
- IV. Os empregados admitidos há menos de doze meses gozarão, na época das férias coletivas, de férias proporcionais, iniciando-se então novo período aquisitivo do direito às férias.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

51. Denis labora para a empresa W na função de segurança. Ontem, recebeu comunicação do Exército Brasileiro, informando-o de que deverá se apresentar na próxima segunda-feira para desempenhar o serviço militar obrigatório. Neste caso, o contrato de trabalho de Denis será

- (A) suspenso, devendo o mesmo intimar a empresa W dentro de quinze dias da "baixa" sobre a sua intenção de retorno ao cargo empregatício original.
- (B) interrompido, devendo o mesmo intimar a empresa W dentro de trinta dias da "baixa" sobre a sua intenção de retorno ao cargo empregatício original.
- (C) suspenso, devendo o mesmo intimar a empresa W dentro de trinta dias da "baixa" sobre a sua intenção de retorno ao cargo empregatício original.
- (D) interrompido, devendo o mesmo intimar a empresa W dentro de quinze dias da "baixa" sobre a sua intenção de retorno ao cargo empregatício original.
- (E) extinto, devendo a empresa W efetuar o pagamento de todas as verbas rescisórias relativas a uma dispensa sem justa causa.

52. Com relação ao FGTS é correto afirmar:

- (A) O FGTS não incide sobre as parcelas de natureza salarial pagas ao empregado, em virtude de prestação de serviços no exterior.
- (B) Os depósitos do FGTS são corrigidos monetariamente, além de capitalizarem juros de dois por cento ao ano.
- (C) O Conselho curador do FGTS reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre, por convocação de seu Presidente.
- (D) Se a dispensa do obreiro ocorrer por fator de força maior caberá o acréscimo rescisório de 20% sobre o montante total do FGTS.
- (E) Na vigência do contrato de trabalho o trabalhador que possuir sessenta e cinco anos ou mais poderá sacar o valor depositado na conta do FGTS.

Direito Processual do Trabalho

53. Considere as seguintes assertivas a respeito da ação rescisória:

- I. Não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição do julgado a sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.
- II. Em se tratando de rescisória de rescisória, o vício apontado deve nascer na decisão rescindenda, não se admitindo a rediscussão do acerto do julgamento da rescisória anterior.
- III. Não procede ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face de a sentença normativa, na qual se louvava, ter sido modificada em grau de recurso.
- IV. É cabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

54. Um dissídio coletivo não foi ajuizado dentro dos sessenta dias anteriores ao termo final da Convenção Coletiva vigente de uma categoria de trabalho, tendo sido ajuizado após este prazo. Neste caso, a sentença normativa vigorará a partir

- (A) da data de sua publicação.
- (B) da data de seu ajuizamento.
- (C) da data do seu trânsito em julgado.
- (D) do dia imediato ao termo final de vigência da convenção coletiva.
- (E) do dia seguinte à publicação do seu trânsito em julgado.



55. Os dissídios coletivos para interpretação de cláusulas de convenções coletivas e os dissídios coletivos para interpretação de disposições legais particulares de categoria profissional ou econômica classificam-se em dissídios coletivos de natureza

- (A) jurídica.
- (B) econômica.
- (C) jurídica e econômica, respectivamente.
- (D) econômica e jurídica, respectivamente.
- (E) de interesse e econômica, respectivamente.

56. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Embargos de Terceiros:

- I. No processo de execução, os embargos de terceiros somente podem ser opostos até cinco dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
- II. Aquele que não é proprietário, mas é detentor da posse de determinado imóvel é parte legítima para propor embargos de terceiros.
- III. Em regra, na execução por carta precatória, os embargos de terceiros serão oferecidos no juízo deprecante, mas a competência para julgá-lo é do juízo deprecado.
- IV. O prazo para o embargado oferecer sua resposta é de cinco dias, contados da intimação.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e II.

57. Considere as seguintes assertivas a respeito do Recurso de Embargos:

- I. Em regra, é cabível embargos para a seção especializada em Dissídios Individuais contra a decisão proferida em agravo de instrumento oposto a despacho denegatório de recurso de revista.
- II. Os embargos serão conhecidos mesmo quando a decisão recorrida tiver resolvido determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.
- III. Nos embargos o recorrente deverá transcrever nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos.
- IV. Em regra, estando a decisão recorrida em conformidade com orientação jurisprudencial, desnecessário o exame das divergências e das violações legais e constitucionais alegadas.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e IV.

58. Considere as seguintes assertivas a respeito do Recurso Ordinário nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo:

- I. Deverá ser imediatamente distribuído e apreciado pelo relator no prazo de cinco dias; posteriormente, a Secretaria do Tribunal ou Turma deverá colocá-lo em pauta para julgamento, enviando-o desde logo ao revisor.
- II. Terá parecer escrito do representante do Ministério Público, que deverá apresentá-lo no prazo máximo de cinco dias após a liberação do recurso pelo relator.
- III. Terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente.
- IV. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) III e IV.

59. Mario e João laboravam para a empresa BUS quando foram dispensados sem justa causa. Ambos ajuizaram reclamação trabalhista. Mario pretende receber as horas extras que laborava e o vale transporte que não lhe foi concedido, e João pretende receber os intervalos que não lhe eram concedidos. Nesses casos, o ônus da prova da jornada extraordinária, do requerimento do vale transporte e a prova de ausência de intervalo são

- (A) da empresa BUS.
- (B) de Mário, de Mário, e de João, respectivamente.
- (C) de Mário, da empresa BUS, e de João, respectivamente.
- (D) da empresa BUS, da empresa BUS, e de João, respectivamente.
- (E) da empresa BUS, de Mário, e da empresa BUS, respectivamente.

60. Considere as seguintes assertivas a respeito da liquidação de sentença:

- I. Na liquidação, não se poderá modificar ou inovar a sentença liquidanda, mas poderá discutir matéria pertinente à causa principal.
- II. As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.
- III. Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes prazo comum de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- IV. A manifestação da União é ato obrigatório que, não sendo intimada legalmente, gerará nulidade absoluta dos atos processuais posteriormente praticados.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) III.
- (E) I, II e III.

